

SUMÁRIO

1. A ERA DIGITAL E O CONTEXTO DAS LEGISLAÇÕES DE PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS	37
1.1 Panorama Histórico das Legislações de Proteção de Dados Pessoais.....	40
2. REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS/GENERAL DATA PROTECTION REGULATION – RGD/GDPR.....	45
3. A Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei 13.709/2018).....	49
3.1 O Alcance da LGPD: hipóteses de incidência e não incidência ...	53
3.1.1. A Aplicação Extraterritorial da LGPD.....	53
3.2 Hipóteses de não incidência da LGPD.....	55
4. CONCEITOS OPERACIONAIS DA LGPD (ART. 5º).....	61
4.1 Dado Pessoal.....	61
4.2 Dado Pessoal Sensível	62
4.3 Dado Anonimizado.....	63
4.4 Banco de dados.....	64
4.5 Titular.....	65
4.6 Controlador.....	65
4.6.1 Controladoria Conjunta.....	66
4.7 Operador	68
4.7.1 Suboperador	69
4.8 Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais ou <i>Data Protection Officer</i> (DPO).....	70
4.9 Agentes de tratamento.....	73
4.10 Tratamento	73
4.11 Anonimização	74
4.11.1 Pseudonimização de dados	75
4.12 Consentimento.....	77
4.13 Bloqueio.....	78
4.14 Eliminação	78
4.15 Transferência Internacional de Dados.....	79

4.16	Uso compartilhado de dados.....	80
4.17	Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais – RIPD	81
4.18	Órgão de Pesquisa.....	81
4.18.1.	A Anonimização e a Pseudonimização de Dados Utilizados para Estudos e Pesquisas.....	83
4.19	Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD)	85
5.	FUNDAMENTOS DA LGPD (Art. 2º)	89
5.1	Respeito à Privacidade	90
5.2	Autodeterminação Informativa.....	92
5.3	Liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião	95
5.4	Inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem.....	96
5.5	O Desenvolvimento Econômico e Tecnológico e a Inovação	97
5.6	A Livre Iniciativa, a Livre Concorrência e a Defesa do Consumidor.....	100
5.7	Os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais..	103
6.	PRINCÍPIOS APLICADOS AO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ART. 6º)	105
6.1	Princípio da Finalidade	107
6.2	Princípio da Adequação.....	110
6.3	Princípio da Necessidade ou da Minimização dos Dados	111
6.4	Princípio do Livre acesso	113
6.5	Princípio da Qualidade dos dados.....	114
6.6	Princípio da Transparência.....	115
6.7	Princípio da Segurança	116
6.8	Princípio da Prevenção	117
6.9	Princípio da Não Discriminação.....	118
6.10	Princípio da Responsabilização (<i>Accountability</i>) e prestação de contas.....	119
7.	TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.....	121
7.1	Requisitos, HIPÓTESES OU BASES LEGAIS para o Tratamento de Dados Pessoais	122
7.2	Consentimento.....	123
7.3	HIPÓTESES legais que autorizam o tratamento de dados sem o consentimento do titular.....	126
7.3.1	Cumprimento de Obrigação legal ou regulatória.....	126
7.3.2	Tratamento de dados realizado pela Administração Pública para Execução de Política Pública	127

7.3.2.1	Outras hipóteses que autorizam o tratamento de dados pela Administração Pública.....	128
7.3.3	Tratamento de dados para realização de estudos por órgão de pesquisa.....	130
7.3.4	Tratamento de dados para execução de contratos.....	133
7.3.5	Tratamento de dados para exercício regular de direito em processo administrativo, judicial ou arbitral.....	134
7.3.6	Tratamento de dados para a proteção da vida e da incolumidade física do titular ou de terceiro.....	135
7.3.7	Tratamento de dados para a proteção da saúde.....	136
7.3.8	Tratamento de dados em razão do legítimo interesse do controlador ou de terceiro.....	137
7.3.8.1	Prevenção à fraude e à segurança e o teste de balanceamento.....	141
7.3.8.2	O Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais e o Legítimo Interesse.....	142
7.3.9	Tratamento de dados para proteção do crédito.....	146
7.4	Algumas observações sobre as HIPÓTESES legais para tratamento de dados pessoais.....	147
8.	DIREITO DO TITULAR AO LIVRE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DOS SEUS DADOS	149
9.	O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS.....	153
9.1	Hipóteses Legais Para Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis.....	153
9.2	Anonimização dos Dados Pessoais.....	155
9.2.1	Pseudonimização.....	157
10.	TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS.....	161
11.	TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	163
11.1	O Consentimento Para o Tratamento de Dados do Adolescente.....	168
11.2	Lei nº 15.211/2025 – Estatuto Digital da Criança e do Adolescente – ECA DIGITAL.....	170
11.2.1	O ECA DIGITAL e a Proteção da Privacidade e dos Dados Pessoais de Crianças e de Adolescentes no Ambiente Digital.....	173
11.2.2	A Supervisão Parental no ECA DIGITAL.....	175
11.2.3	Os Jogos Eletrônicos, as Redes Sociais e a Publicidade Infantil no ECA DIGITAL.....	176
11.2.4	A Prevenção e o Combate a Violações Graves Contra Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital.....	178

11.2.5	O Dever de Transparência e Prestação de Contas no ECA DIGITAL.....	179
11.2.6	Governança e Uso Abusivo de Ferramentas de Denúncias no ECA DIGITAL	180
11.2.7	As Sanções no ECA DIGITAL.....	181
11.2.8	Disposições Finais e Início da Vigência do ECA DIGITAL	182
12.	DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS.....	185
12.1	Confirmação de Existência do Tratamento e Acesso aos Dados Pessoais	187
12.2	Direito de Revisão de Decisões Automatizadas	188
12.3	Outros Direitos do Titular: a tutela coletiva da proteção dos dados pessoais.....	191
13.	TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO	195
13.1	HIPÓTESES LEGAIS AUTORIZATIVAS DO TRATAMENTO DE DADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	197
13.2	O eNCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS NAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO	198
13.3	Tratamento de Dados por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.....	199
13.4	Interoperabilidade e Compartilhamento de Dados pelo Poder Público	200
13.5	Compartilhamento de Dados pelo Poder Público.....	201
	13.5.1 O Compartilhamento de Dados pelo Poder Público e a Decisão do STF na ADI nº 6.649/DF e na ADPF nº 695/DF	204
13.6	RESPONSABILIDADE do Poder Público no tratamento de dados.....	205
13.7	publicação de relatório de impactos à proteção de dados pelo Poder Público e adoção de padrões e de boas práticas	206
14.	A TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS.....	209
14.1	A Decisão de Adequação do Brasil à Legislação de Proteção de Dados da União Europeia	212
14.2	Transferência Internacional de Dados por Garantia do Controlador.....	213
	14.1.1 Cláusulas-Padrão Contratuais.....	214
	14.1.2 Cláusulas Contratuais Específicas	215
	14.1.3 Normas Corporativas Globais.....	216
14.2	Outras Hipóteses de Transferência Internacional de Dados.....	217
15.	AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS: O CONTROLADOR E O OPERADOR.....	221
15.1	Controladoria conjunta.....	223

15.2	operador	224
15.2.1	Suboperador	226
15.3	Encarregado pelo tratamento de Dados PEssonais ou <i>Data Protection Officer</i> (DPO)	227
15.3.1	O conflito de interesses na atuação do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais	232
15.3.2	A responsabilização do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais.....	234
15.3.3	A dispensa de Encarregado para os Agentes de Tratamento de Pequeno Porte e para os Operadores.....	236
16.	REGISTRO DAS OPERAÇÕES DE TRATAMENTO E RELATÓRIO DE IMPACTO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	239
16.1	Registro das Operações de Tratamento de Dados (art. 37)	239
16.2	Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais	243
16.2.1	O Conteúdo Mínimo do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais – RIPD	246
17.	RESPONSABILIDADE E RESSARCIMENTO DE DANOS	249
17.1	Da Exclusão da Responsabilidade.....	250
17.2	Tratamento Irregular de Dados.....	251
17.3	Regras de Responsabilidade do CDC.....	251
17.4	O Superior Tribunal de Justiça e os danos morais por vazamento de dados pessoais.....	253
17.4.1	A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça e a Inexistência de Danos Morais Presumidos no Vazamento de Dados Pessoais	253
17.4.1	O Recurso Especial 2.115.461/SP e o Dano Moral Presumido no Compartilhamento Indevido de Dados Pessoais Pelo Gestor de Banco de Dados Com Finalidade de Proteção ao Crédito	254
17.4.2	O Recurso Especial 2.121.904/SP: Responsabilidade Objetiva e Danos Morais Presumidos no Vazamento de Dados Sensíveis.....	256
17.4.3	Recurso Especial 2.201.694/SP: Responsabilidade Objetiva e Danos Morais Presumidos no Compartilhamento Indevido de Dados.....	257
18.	SEGURANÇA E SIGILO DOS DADOS.....	261
18.1	O Estabelecimento de Padrões Técnicos Mínimos pela ANPD....	264
18.2	O <i>Privacy by Design</i> – A Privacidade desde a concepção	266
18.2.1	O <i>Privacy by Default</i> – A Privacidade como Padrão	269
18.3	Comunicação de Incidente de Segurança.....	269

18.3.1	O Conteúdo Mínimo da Comunicação do Incidente de Segurança à ANPD.....	272
18.3.2	A ANPD e a Comunicação de Incidentes.....	275
18.3.2.1	Procedimento de Comunicação do Incidente à ANPD.....	276
19.	BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA EM PROTEÇÃO DE DADOS	283
19.1	Programa de Governança em Privacidade – PGP.....	285
19.2	Adoção de Padrões Técnicos que facilitem o controle dos dados pelos titulares.....	288
20.	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NA LGPD	289
20.1	Advertência.....	290
20.2	Multa Simples.....	291
20.2.1	Incidência de Multa para Pessoa Natural.....	292
20.3	Multa Diária.....	293
20.4	Publicização da Infração.....	294
20.5	Bloqueio dos dados pessoais referentes à infração	296
20.6	Eliminação dos dados pessoais referentes à infração	296
20.7	Suspensão Parcial do Funcionamento do Banco de Dados.....	297
20.8	Suspensão do Exercício da Atividade de Tratamento de Dados	299
20.9	Proibição parcial ou total de realizar atividades de tratamento de dados pessoais.....	300
20.10	A conciliação nos vazamentos ou acessoS não autorizados individuais	301
20.11	Sanções Aplicadas às Pessoas Jurídicas de Direito Público	301
20.12	Regulamento e Aspectos Gerais Sobre as Sanções.....	302
20.13	Destino das Multas Aplicadas pela ANPD.....	304
21.	AGÊNCIA NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – ANPD	305
21.1	Os Caminhos e os Descaminhos da Criação da ANPD	305
21.1.1	Veto parcial à Lei 13.853/2019 e derrubada parcial dos vetos pelo Congresso Nacional.....	306
21.2	Criação e Composição da ANPD	307
21.2.3	A Transformação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados em Agência Nacional de Proteção de Dados.....	308
21.2.3.1	A ANPD como Autoridade Administrativa Autônoma de Proteção de Crianças e Adolescentes em Ambientes Digitais.....	309
21.3	Autonomia Técnica da ANPD	310
21.4	A Composição da ANPD.....	310
21.4.1	A Composição da ANPD Como Agência Reguladora.....	312

21.5	Estrutura Regimental da ANPD e cargos em comissão da ANPD	313
21.6	Competência da ANPD	314
21.6.1	Poder de Polícia e Fiscalização.....	316
21.6.2	Competência Regulamentar e Normativa.....	317
21.6.3	A Articulação da ANPD com Setores Específicos.....	318
21.7	Receita da ANPD.....	320
21.7.1	Patrimônio da ANPD	321
22.	CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DA PRIVACIDADE.....	323
22.1	Composição do Conselho.....	323
22.2	Competência do Conselho.....	324
23.	DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS DA LGPD	327
23.1	Alterações no Marco Civil da Internet	327
23.2	Notificação e Intimação de Empresas Estrangeiras.....	328
23.3	ANPD, INEP e o Acesso aos Dados Educacionais Previstos na LDB e no SINAES.....	328
23.4	Adequação Progressiva de Bancos de Dados Anteriores à LGPD	329
23.5	A Coexistência da LGPD com Outras Legislações.....	330
23.6	Idas e Vindas: o início da vigência da LGPD.....	330
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	333